Kaingang e Guarani: a situação conforme reportagens locais em Campo Mourão-PR

Kaingang and Guarani: the situation as reported locally in Campo Mourão-PR

Raine Clavisso Pereira[1]
Marcos Clair Bovo[1]
Fred Maciel[1]

DOI: http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v24i53.951

Resumo: No estado do Paraná, os povos nativos sofreram com invasões dos colonizadores portugueses e espanhóis e também de desbravadores, como os bandeirantes paulistas. As etnias Kaingang e Guarani estão entre as principais existentes no estado e as suas predominâncias territoriais foram sendo modificadas pela mobilidade decorrente de fugas, expropriações territoriais e conflitos econômicos e políticos. Diante disso, a pesquisa objetiva compreender a presença, vivência e mobilidade recorrente das etnias Kaingang e Guarani em Campo Mourão-PR. O aporte metodológico foi constituído de pesquisa em sítios eletrônicos de notícias locais das etnias Kaingang e Guarani em Campo Mourão referente à conjuntura social e política que envolve as questões indígenas nos espaços urbanos e rurais. Os resultados da pesquisa indicam que os deslocamentos, temporários ou permanentes, de grupos indígenas para as cidades ocorrem dada a necessidade da sobrevivência física, cultural e também por qualidade de vida, já que enfrentam degradações territoriais, ambientais, explorações, miserabilidade e outras, que se agravaram com a expansão urbana. Tais resultados evidenciam a necessidade de promoção de políticas públicas por parte do poder público, adequadas ao reconhecimento dos povos indígenas no município, reduzindo segregações pela sociedade, promovendo visibilidade, conhecendo as necessidades dessas populações indígenas nos meios urbano e rural, e corroborando com a observância e aplicação dos seus direitos constitucionais fundamentais.

Palavras-chave: povos indígenas; noticiários locais; segregações; reconhecimento.

Abstract: In the state of Paraná, the native peoples suffered from invasions by the Portuguese and Spanish colonizers and also from pioneers, such as the

[1] Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campo Mourão, Paraná, Brasil.

Paulista bandeirantes. The Kaingang and Guarani ethnic groups are among the main ones in the state, and their territorial predominance has been modified by mobility resulting from escapes, territorial expropriation, and economic and political conflicts. Therefore, this research aims to understand the presence, experience, and recurrent mobility of the Kaingang and Guarani ethnic groups in Campo Mourão-PR. The methodological contribution was made up of research on electronic sites of local news about the Kaingang and Guarani ethnic groups in Campo Mourão regarding the social and political situation involving indigenous issues in urban and rural spaces. The results of the research indicate that the displacement, temporary or permanent, of indigenous groups to the cities occurs due to the need for physical and cultural survival and also for quality of life, since they face territorial and environmental degradation, exploitation, poverty, and others, which have worsened with urban expansion. Such results highlight the need for the promotion of public policies by the public authorities, appropriate to the recognition of indigenous peoples in the municipality, reducing segregation by society, promoting visibility, knowing the needs of these indigenous populations in urban and rural areas, and corroborating the observance and enforcement of their fundamental constitutional rights.

Keywords: indigenous peoples; local news; segregations; recognition.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada como "Perfil e presença indígena em Campo Mourão-PR: reconhecimento no espaço urbano e rural na bacia do rio Ivaí", na qual contextualiza a história do município de Campo Mourão-PR, com fortes apontamentos da presença indígena, como por exemplo o Caminho de Peabiru que cruza o município de Campo Mourão, utilizado nas caminhadas indígenas, assim como nas expedições invasoras, nos processos cruéis de caça aos indígenas para a escravização no cultivo da cana-de-açúcar e na extração do ouro, movidas por interesses políticos sobre as terras habitadas por povos indígenas. E ainda, a figura do Capitão Índio Bandeira, liderança indígena Kaingang, que por conhecimento da região "[...] para os colonizadores, o Índio Bandeira era considerado um intérprete" (Santos Junior, 2018, p. 56-57), e atualmente seu nome está grafado na principal avenida do município.

As duas etnias mais presentes no município são os Guarani e os Kaingang. Os Kaingang se deslocam temporariamente para a venda dos artesanatos, saindo da Terra Indígena Ivaí que segundo Mota (2003), a Terra Indígena Ivaí está localizada

em áreas que abrangem parte dos municípios de Manoel Ribas e Pitanga com uma distância de aproximadamente 118 km (cento e dezoito quilômetros) de Campo Mourão-PR.

Quanto aos Guarani, se deslocaram para o município no ano de 2011, e conforme Ferreira (2013, p. 55) "[...] começaram a consultar na internet qual a melhor maneira para a formação de uma Associação que os representasse e que tivesse como principal objetivo a arrecadação de fundos para a compra de uma terra". Assim, compraram um terreno rural e fixaram o seu Tekohá Verá Tupã'i, pois, conforme o relato da própria associação indígena: "[...] *nossa mais velha com 120 anos, queria retornar para Campo Mourão onde o pai dela morreu e foi enterrado às margens do Caminho de Peabiru, quando faziam a caminhada vindo do Mato Grosso do Sul para chegar ao mar em Santa Catarina, em 1920* [...]" (Breve relato sobre o Tekoha Verá Tupã'i em 2011 para a Associação Indígena Arandu Aty-Ara).

Nesse sentido, a colonização gerou consequências nos estereótipos e discriminações por tipologias raciais, que diante desse cenário, reiteramos o viés decolonial da pesquisa, pois, aparecerão alguns termos pejorativos no decorrer da leitura, como "tribo", sendo de origem das fontes citadas e demonstram diversos estereótipos. Portanto, a pesquisa objetiva compreender a presença, vivência e mobilidade recorrente das etnias Kaingang e Guarani em Campo Mourão-PR.

Para tanto, utilizamos a abordagem interdisciplinar entre as áreas da História, Geografia, Direito e outras, pois, Tommasino (2016, p. 130) expõe sobre a importância da pesquisa interétnica nos espaços, pois os indígenas "[...] estão inseridos numa rede social mais ampla que muitas vezes as pesquisas não mostram porque o campo de pesquisa fica quase sempre restrito aos espaços das aldeias, dentro dos limites das Tis [...]".

Diante disso, entendemos que os povos indígenas que se deslocam para as cidades enfrentam várias dificuldades, dentre elas podemos destacar o acesso à moradia, à educação, à saúde e trabalho. Para tanto, torna-se fundamental termos conhecimento da atual situação e das peculiaridades dos grupos indígenas da etnia Kaingang que se deslocam da Terra Indígena Ivaí até o espaço urbano do município, assim como da atual situação e peculiaridades da comunidade indígena Guarani, que se deslocaram definitivamente ao município e se encontram presentes em área rural.

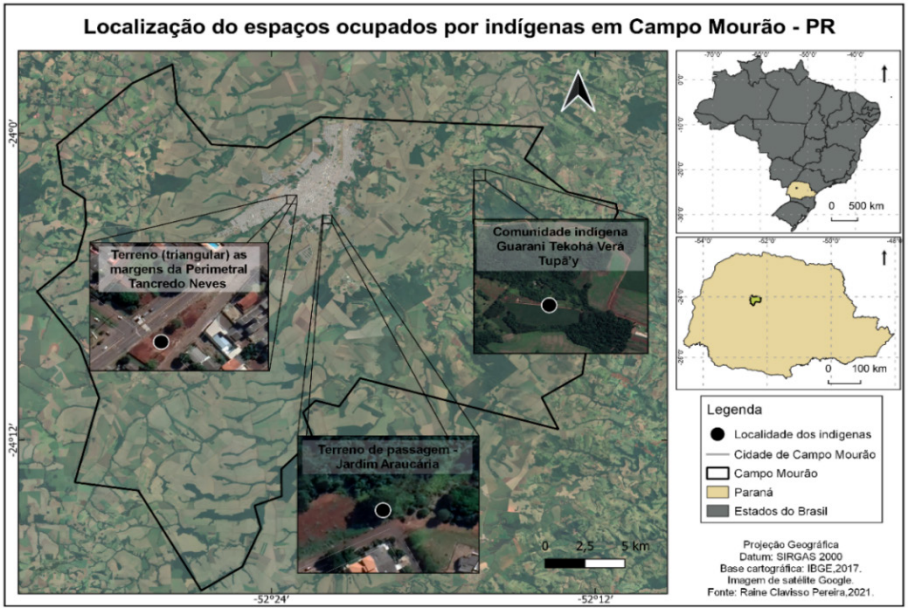
Para tanto, o aporte metodológico utilizado para o desenvolvimento desse artigo consiste no levantamento de 14 (quatorze) noticiários locais de Campo Mourão referentes aos grupos indígenas Kaingang e Guarani em sítios eletrônicos de jornais e portais de notícias da região, encontradas no período de 2011 a 2021 realocadas em ordem cronológica, porém, de acordo com a etnia em análise, sendo em um primeiro momento a Kaingang e posteriormente a Guarani, para que pudéssemos nos situar sobre o que vinha ocorrendo e a atual conjuntura desses povos no município, isso anteriormente à pesquisa *In loco* para obter-se um suporte prévio, além de outros noticiários não locais mas que estão relacionados ao tema e são informativos ou comparativos. Foram utilizadas imagens extraídas das reportagens e imagens fornecidas com autorização de uso pela liderança indígena Guarani, presidente da ARA (Associação Arandu Aty) – Tekohá Verá Tupã'y de Campo Mourão-PR., e também de um georreferenciamento, ou seja, um mapeamento para a localização das principais áreas ocupadas pelos indígenas.

Diante da compreensão dessa conjuntura no município de Campo Mourão, os resultados da pesquisa contribuem com o incentivo da promoção de políticas públicas adequadas ao reconhecimento dos povos indígenas e de suas reivindicações, observando os seus direitos fundamentais, necessárias ao bem estar dessas populações que se sentem invisíveis.

2 UMA ANÁLISE SOBRE AS NOTÍCIAS LOCAIS REFERENTE AOS KAINGANG E GUARANI

No município de Campo Mourão, localizado na mesorregião centro ocidental paranaense, temos a presença indígena das etnias Kaingang e Guarani. Assim sendo, os grupos e famílias indígenas da etnia Kaingang que se mobilizam ao município, passaram a se alojar temporariamente em espaços públicos de regiões periféricas da cidade, sendo a Avenida Perimetral Tancredo Neves o principal espaço urbano ocupado. Já os indígenas da etnia Guarani se encontram no Tekohá Verá Tupã'y, que é uma área rural do município e onde se fixa a Associação Arandu Aty – ARA. Assim, a figura 01 indica a localização dos espaços urbanos e rural de concentração indígena no município.

Figura 1 – Espaços urbanos e rural de ocupação Kaingang e Guarani



Fonte: elaborado por Jeremias Alecio Leperes de Marins, 2021.

Quanto ao terreno de passagem demonstrado na figura 01, este refere-se a um local para que os Kaingang possam ficar no município temporariamente, sendo cedido recentemente pelo órgão municipal. Essa política pública tem gerado polêmicas por parte de moradores dos bairros próximos ao terreno, conforme será explanado logo adiante.

2.1 Da conjuntura social e política aos Kaingang

Os indígenas Kaingang vêm da Terra Indígena Ivaí, que fica localizada na área dos municípios de Manoel Ribas e Pitanga, e acampam em lugares de risco e de grande fluxo de veículos, como na Perimetral Tancredo Neves, conforme notícia publicada no ano de 2016 pelo Jornal Tribuna do Interior:

> Em Campo Mourão é comum a presença de índios comercializando artesanatos e cestos nas ruas. Eles fazem parte de uma tribo de Kaingangues, em Manoel Ribas. Sempre que chega, o grupo costuma se instalar em um terreno gramado paralelo com a Perimetral Tancredo Neves, próximo ao BIG Supermercados. No local instalam barracos de lonas, onde improvisam

> camas e até fogão. Unidos, eles trabalham na confecção de cestos, os quais vencem [*sic*] a R$ 20,00 na cidade. [...] os cestos são feitos de bambus e o ofício é facilmente aprendido pelos índios mais novos. Os homens chegam a sair para outras cidades vizinhas, como Peabiru para vender as mercadorias [...] (Tribuna do Interior, 2015, p. 1).

Essa reportagem "Dia do Índio: professora revela drama na região", da Tribuna do Interior, do dia 19 de abril de 2015, atualizada em 14 de dezembro de 2016, trouxe o relato da indígena Simone Camargo, que nasceu na aldeia em Manoel Ribas, e disse: "*Somos bem recebidos na cidade, o pessoal compra nossos artesanatos* [...]". Ademais, em uma casa que então passava por reformas, na esquina do local onde estão concentrados, os indígenas encontraram apoio no fornecimento de água e no uso do banheiro, até para o banho.

O representante da Funai, Ivaci Ribeiro, questionado pela Secretaria de Ação Social do Município a respeito da situação, explicou que a Funai sofre um processo de desestruturação desde o ano de 2009, em que servidores da fundação tiveram que deixar o trabalho de tutela nas reservas para ficar apenas nos postos de atendimento nas cidades, e que, diante dessa ausência de orientações nas aldeias, ocorrem os deslocamentos para a venda de artesanatos (Tribuna do Interior, 2018).

No ano de 2018, conforme a reportagem "Prefeitura e Funai buscam solução para acampamento indígena", representantes do Município de Campo Mourão e da FUNAI se reuniram para discutir medidas de atendimento e proteção aos indígenas que ocupam os espaços públicos no município:

> [...] iniciativa da Secretaria Municipal de Ação Social foi realizada nesta quarta-feira (28) uma reunião com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) para discutir a situação do grupo de indígenas acampados em Campo Mourão, em um terreno às margens da Perimetral Tancredo Neves. Também participaram da reunião representantes do Conselho Tutelar e os vereadores Edson Battilani, Edilson Martins, Edoel Rocha e Professor Cícero. O objetivo foi discutir estratégias de atendimento e proteção às famílias indígenas que ficam expostas a riscos e também causam transtornos na cidade. "Desde o ano passado, a pedido do prefeito, buscamos contato com a Funai para tentar solucionar esse problema e essa reunião foi muito importante para entendermos melhor e definir estratégias", disse a diretora da Secretaria de Ação Social, Sílvia Andreia Rocha (Tribuna do Interior, 2018).

A reportagem demonstrou que surgiram algumas preocupações por parte da Secretaria de Ação Social do Município quanto às questões relacionadas à segurança e saúde das crianças indígenas, e que estariam em busca de soluções dentro da legalidade e também respeitando a cultura indígena:

> A secretária de Ação Social, Fabrícia Bronzel, disse que o município, agora com apoio da Funai, vai buscar soluções dentro da legalidade e respeito à cultura indígena. "Reunimos representantes das entidades e da sociedade para dividirmos essa responsabilidade e atuarmos em sintonia. Ninguém quer tirar o direito de ir e vir da população indígena, mas estamos preocupados com a situação das crianças e questões de higiene", explicou a secretária, ao acrescentar que nos próximos dias representantes do município irão até a reserva de Manoel Ribas para tratar da questão com o cacique (Tribuna do Interior, 2018).

O entendimento do município, conforme exposto no noticiário, seria de que unidas e apoiadas, as partes envolvidas poderiam traçar estratégias válidas sobre as questões sociais relacionadas.

No entanto, no dia 22 de fevereiro de 2021, a reportagem "Índios voltam a se instalar em área pública em Campo Mourão" (Tribuna do Interior, 2021a), informou que o espaço público não era ocupado pelos indígenas há quase dois anos, após uma "limpeza" no local pelo município e um anúncio de revitalização do espaço. O grupo disse à Secretária Municipal de Ação Social, Márcia Calderan de Moraes, que tomaram a vacina contra a Covid-19, mas para obter maiores informações, a secretária enviou uma lista com os nomes para Manoel Ribas. Os moradores locais reclamam sobre a situação, e a secretária informou que a prefeitura tem pouco o que fazer: "*Estamos estudando uma forma de resolver a questão dentro da legalidade, porque eles também têm o direito de ir e vir*".

Na figura 02, notamos aos fundos da instalação dos Kaingang, a pavimentação da Avenida Perimetral Tancredo Neves, que é um local de constante fluxo de veículos na cidade, pois interliga a cidade entre as rotas de entrada e saída do município, com vias mais diretas e à margem do centro urbano.

Figura 2 – Instalação dos Kaingang no espaço urbano

Fonte: Tribuna do Interior, 2021a.

Na data de 23 de fevereiro de 2021, surgiu outra reportagem sobre o assunto, intitulada “Grupo de índios volta a ocupar área pública em Campo Mourão”, da Cidade Portal (2021a), expondo que um grupo formado por 30 (trinta) indígenas (dezoito adultos, dez crianças e dois adolescentes) voltou a ocupar o terreno do município às margens da Perimetral Tancredo Neves, local por eles já ocupado em outros momentos.

Diante disso, o noticiário, apresenta reclamações por parte de moradores locais que alegam sujeira e o não uso de máscaras pelos indígenas, mesmo após os assistentes sociais terem fornecido máscaras a todos(as). De acordo com a secretária de Assistência Social, Márcia Calderan de Moraes, o município notificou a Funai e o Ministério Público Federal para tomar providências quanto ao retorno dos indígenas à aldeia dentro da legalidade. Quanto à informação a respeito da vacinação e dos nomes dos indígenas enviados em lista, “nos responderam que apenas quatro deles tomaram as duas doses da vacina contra Covid”, pontuou a secretária Márcia Calderan de Moraes.

Na figura 03, vemos o terreno com as instalações indígenas, terreno esse que fica entre a Avenida João Xavier Padilha (ao lado esquerdo da figura), e a

Perimetral Tancredo Neves (aos fundos – lado direito da figura), onde após os pavimentos, identificamos algumas instalações circenses e também o espaço que adentra ao estacionamento do Hipermercado Condor.

Figura 3 – Retorno da ocupação indígena em área pública do município

Fonte: Cidade Portal, 2021a.

Em sua página eletrônica, o Município de Campo Mourão (Cidade Portal, 2021a) também apresentou as mesmas informações da matéria anterior. Já no dia 25 de fevereiro de 2021, publicou outra reportagem intitulada como "Grupo de indígenas recebe máscaras, álcool em gel e orientações" (Grupo [...], 2021), em que os Servidores municipais das secretarias de Ação Social, Fiscalização e Meio Ambiente, estiveram na manhã de uma quinta-feira (25) no local ocupado pelo grupo indígena, onde entregaram máscaras e álcool em gel às famílias sendo orientados pela secretária quanto aos usos e cuidados: "[...] não podem circular pela cidade sem máscaras e também sobre os riscos de contaminação do Covid a que estão expostos. A maioria deles não está vacinada e por isso também estamos

aguardando uma posição da Funai sobre nossa solicitação para que retornem para a reserva [...]" (Grupo [...], 2021). Informaram ainda que um tambor de plástico teria sido deixado no local pela SEAMA para o depósito de lixo.

Alguns dias após, na data de 29 de março de 2021, adveio outra reportagem intitulada "Índios retornam para aldeia após mais de um mês em Campo Mourão", da fonte TáSabendo, que também relatou sobre o grupo indígena alojado há pouco mais de um mês no terreno às margens da Perimetral Tancredo Neves para comercializarem os artesanatos, como os cestos feitos de bambu. A Secretária Municipal de Assistência Social, Márcia Calderan de Moraes, informou que os indígenas são da etnia Kaingang de Manoel Ribas, onde residem mais de 450 (quatrocentas e cinquenta) famílias, no entanto, dizem que o grupo retornou ao município no pior momento da pandemia e gerou reclamações de moradores vizinhos pela suposta sujeira, falta de higiene e o não uso de máscaras, mesmo recebidas pela prefeitura. Por essas razões, segunda a matéria, os indígenas foram acompanhados a sair do município.

Na figura 04, podemos identificar no tronco da árvore o artesanato, conhecido como "filtro dos sonhos", e mais ao canto direito da imagem, podemos notar um cesto que pode ser feito de bambu ou taquara.

Figura 4 – "Índios retornam para aldeia após mais de um mês em Campo Mourão"

Fonte: TáSabendo, 2021a.

Em 30 de março de 2021, nova reportagem da Tribuna do Interior intitulada "Prefeitura de Campo Mourão remove novamente índios à aldeia, em Manoel Ribas" (Tribuna do Interior, 2021b), apresentou que a Secretaria de Ação Social teria transportado os indígenas que se encontravam no município, por meio de um micro-ônibus cedido pela Fundação Cultural, pelo motivo de que muitos indígenas não tomaram a vacina contra o coronavírus (Covid-19), ou apenas tomaram a primeira dose. Ainda, segundo a secretária Márcia Calderan de Moraes: "*Fiz contato com a Funai* [Fundação Nacional do Índio] *e o setor da saúde que está fazendo a vacinação informou que se eles não retornarem perderão a segunda dose. É muito preocupante, pois estão colocando sua saúde em risco e também a de moradores da cidade*".

Na matéria, também foi apresentado que, após a retirada deles do local, a prefeitura fará a "limpeza" da área, já que grande quantidade de lixos foi deixada no espaço. A citada secretária informou que estão estudando outro local mais adequado e que não podem impedi-los de virem, expondo ainda que: "*É próprio da cultura dessa etnia caingangue sair para municípios circunvizinhos vendendo seus balaios e artesanatos. Já fiz contato com a Funai e com o cacique, mas eles não têm o domínio. Eles saem em grupo e retornam à aldeia quando terminam a venda de seus produtos*".

Ainda foi veiculado que o município participou de uma reunião online com o Ministério Público Estadual, Federal e a Procuradoria do Trabalho de Manoel Ribas, na tentativa de encontrar alguma solução que amenizasse a situação. "*Mas a gente vê que tanto a Funai quanto o Ministério Público Federal ficam de mãos atadas porque os índios têm este direito de ir e vir e não há como proibirmos*", frisou a secretária, ao alegar que medidas mais eficazes deveriam partir dos órgãos federais.

Assim, identificamos a presença recorrente dos indígenas Kaingang no município e percebemos que ocorre certa segregação social para que os indígenas retornem à aldeia, pois, de um lado, verificamos a população que sempre ressalta a suposta "sujeira" e "mau cheiro" do local em que os indígenas se encontram, e de outro, o município utilizando-se do termo de "limpeza" do espaço, referindo-se à sujeira no local, mas que induz à uma conotação não inclusiva e abrindo margem sobre questionamentos de uma possível exclusão ou segregação. Ademais, os

órgãos precisam de união na formulação de políticas públicas construtivas, para que não fiquem lançando a competência de um órgão a outro, já que a todos competem o implemento de ações.

Porém, outra notícia é vinculada na mídia eletrônica do TáSabendo refere-se a uma possível política pública que encontra-se em andamento que trata-se de um espaço para os indígenas Kaingang se instalarem, quando da chegada ao município. A reportagem, datada de 13 de maio de 2021, nomeada "Indígenas terão 'Terreno de Passagem' em Campo Mourão" (TáSabendo, 2021b), matéria também repostada no CRN (2021) online, na qual foi exposto que os indígenas Kaingang terão um terreno específico para poderem se instalar quando passarem determinados períodos no município. Esse local foi denominado como "terreno de passagem", e se encontra nos fundos do Jardim Araucária, próximo à Casa da Música e Imape. Conforme a secretária de Assistência Social do Município, Marcia Calderan de Moraes:

> 'É um espaço de 3 mil metros quadrados, inclusive com Área de Preservação e Proteção (APP), escolhido após consulta junto ao Departamento de Patrimônio e aprovado pelo Prefeito Municipal, verificamos a disponibilidade deste espaço, e assim; vamos preparar no local uma estrutura básica, com banheiros, água e espaço adequado para o preparo de refeições, e além disso vamos acompanhá-los, por meio de nossos programas sociais. Todo este processo está sendo acompanhado também pelo Ministério Público Federal' (TáSabendo, 2021b).

Ainda, destacou a secretária que a oferta deste espaço adveio de uma ação conjunta de um Grupo de Trabalho Interinstitucional, entre os órgãos das Secretarias Municipais, Conselhos Municipais, a Funai (Fundação Nacional do Índio), Ministério Público Estadual, CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Na figura 05, verificamos que no dia 12 de maio de 2021 ocorreu uma visita ao espaço pelo Cacique Domingos Zacarias, o vice-cacique Reinaldo, o Professor Everton da Terra Indígena Ivaí em Manoel Ribas, juntamente com a secretária de Assistência Social do município, Marcia Calderan de Moraes, e também a Professora Gisele Ramos Onofre do curso de Geografia da Unespar – Campo Mourão.

Figura 5 – "Indígenas terão 'Terreno de Passagem' em Campo Mourão"

Fonte: TáSabendo, 2021b.

A matéria informou que essa localização estaria ao encontro com os interesses indígenas por ser o local arborizado, próximo a um rio, em área de preservação e no perímetro urbano. Aqui nessa matéria, não podemos deixar de notar que apesar da natureza ser fundamental para os povos indígenas, ocorre também aqui a ideia estereotipada de que os povos indígenas só vivem na floresta.

Além disso, apresentaram aos representantes indígenas um "Termo de Permissão de Uso do Local", sobre as condições e responsabilidades das partes, sendo que a assinatura ocorrerá entre o Cacique e o Gestor Municipal. O cacique ressaltou sobre o grupo indígena e sobre o espaço ofertado que:

> 'São indígenas que periodicamente estarão passando por esta cidade, para poderem ofertar seu artesanato para as pessoas. Desde já, sendo assim, agradecemos a administração local por nos ofertar este local de passagem. Em um outro local onde os indígenas permaneciam em passagem anteriormente, havia o perigo do trânsito, especialmente para as crianças que periodicamente vem juntos. Em vários locais já existem estas áreas de passagem para indígenas, e para nós é importante contar com uma condição desta também em Campo Mourão' (TáSabendo, 2021b).

A professora do Colegiado de Geografia da Unespar – Campo Mourão, Gisele Ramos Onofre, desenvolve assessorias técnicas e projetos de ensino e extensão em comunidades indígenas desde o ano de 2001, inclusive destacou a presença da comunidade indígena Guarani no Barreiro das Frutas no município. A professora manifestou que: "*Hoje vejo uma administração municipal, aqui nesta cidade, realmente preocupada em oferecer uma condição e suporte justo para estes indígenas, e vejo isto com muita felicidade e satisfação esta disposição de um novo terreno para passagem dos indígenas por aqui*".

Diante disso, moradores locais, no entanto, não receberam bem a notícia, e até mesmo foram tecidos alguns comentários na página da notícia, sendo que a maioria se posicionou contra a implementação desse espaço, reiterando praticamente as mesmas questões já expostas anteriormente, sobre o espaço da perimetral, e que os problemas lá contidos, apenas seriam transferidos de local. No entanto, também foram tecidos comentários, minoritários, que se posicionam a favor de mais humanidade.

Assim sendo, parte da população dos bairros em torno do terreno que servirá de passagem aos indígenas propôs um abaixo-assinado virtual reiterando os posicionamentos contrários, conforme verificamos em "Abaixo assinado dos moradores do jardim residencial Araucária, Jardim Botânico I e II, Jardim Gutierres, Jardim Casali e Jardim Laura contra a instalação do 'Terreno de Passagem' destinado aos indígenas", sendo endereçado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Município de Campo Mourão.

Assim sendo, os moradores argumentaram que os indígenas causariam transtornos na cidade, e que a higiene seria precária e isso atrapalharia o andamento e a ordem do bairro, pois temeriam saneamento insuficiente para atendê-los, segurança pública, circulação com crianças pequenas correndo risco de atropelamento e até mesmo desvalorização dos imóveis. Pleitearam diálogo por parte do poder público, pois alegaram não serem consultados ou feito estudo desse impacto. Ao final, expuseram que: "DEIXAMOS CLARO QUE NÃO SOMOS CONTRA A TRIBO E AOS INDÍGENAS, mas sim ao local a eles destinados que inclusive trata-se de uma Área de Preservação e Proteção (APP), podendo vir a ser degrada [sic] depois de anos de cuidado" (AbaixoAssinado.Org, 2021). Por fim, pediram que a criação desse terreno seja revista e que outro local seja procurado

para atender as necessidades do grupo indígena. Conforme dados adicionais do sítio eletrônico, até o dia 10 de junho de 2021, encontravam-se 280 (duzentos e oitenta) assinaturas realizadas.

Quanto à parcela de moradores que se posicionam a favor de mais humanidade, na data de 17 de maio de 2021, surgiu nova notícia, "Área para indígenas também recebe apoio de moradores de bairro" (Tribuna do Interior, 2021c), da Tribuna do Interior, onde expõe que a iniciativa da prefeitura em destinar esse terreno de passagem aos indígenas estaria rendendo polêmica, pois em noticiário anterior, um grupo de moradores teriam iniciado um abaixo-assinado contrário ao local do terreno para os Kaingang, alegando que irão causar transtornos, sujeira, desvalorização imobiliária e até mesmo degradação da área de preservação ambiental.

No entanto, o recente noticiário demonstra que essa iniciativa deixou demais moradores do mesmo bairro com indignação, como é o caso da pronunciação da professora Janete do Nascimento Boeno, que disse: "'Isso é crime de xenofobia. E depois essas mesmas pessoas vão às suas igrejas e pregam o amor ao próximo. Vou iniciar um movimento a favor dos indígenas, pois eles são verdadeiros herdeiros do território. Os invasores somos nós'" (Tribuna do Interior, 2021c), e continuou: "'Então para essas pessoas o bem material está acima da vida? Se fosse para um grupo de empresários ou fazendeiros aí receberia apoio'" (Tribuna do Interior, 2021c).

Na matéria, também demonstram a pronunciação, por meio de rede social, do professor Antônio Carlos Aleixo, ex-reitor da Unespar (Universidade Estadual do Paraná), que expôs:

> Nossos irmãos indígenas são os verdadeiros herdeiros de todas as terras que havia por aqui, antes da ocupação de espanhóis, portugueses e holandeses. E agora, querem negar-lhes um lugarzinho, que nem é para morar. É apenas para ter um banheiro...água...um lugar para voltar...depois de tentarem vender seus artesanatos na cidade (Tribuna do Interior, 2021c).

Outro argumento foi a manifestação de um estudante, Lucas Nery, que diz: "'Degradar a mata? Nós, brancos, que degradamos as matas. A terra é dos indígenas e nós que deveríamos pedir permissão pra morar aqui'" (Tribuna do Interior, 2021c), e ainda acrescenta que a preocupação dos moradores do bairro, que se posicionam contra o terreno ofertado aos indígenas, deveria ser no intuito de reivindicação de melhorias no serviço público do bairro, como iluminação e limpeza.

Sobre a oferta do terreno de passagem, não podemos deixar de notar que essa proposta do terreno se assemelha à Casa do Índio de Maringá-PR, com funcionamento em Outubro do ano de 2017, no entanto, conforme reportagem feita em Janeiro do ano de 2021 pelo Balanço Geral de Maringá e exposta nas notícias do canal Ricmais (Redação RIC, 2021), o local encontrava-se em estado precário por abandono do poder público, que continuamente deveria fazer a manutenção do espaço, mas que após contato da emissora com a gestão pública, foram informados de que seria visitado pelos agentes no fim de semana, e assim, moradores locais informaram posteriormente ao jornal de que o espaço recebeu uma limpeza. No mês de maio de 2021 também foi divulgado outro noticiário pela Prefeitura de Maringá que demonstrou a iniciativa de alguns artistas urbanos do projeto Conecta que se voluntariaram a pintar e grafitar artisticamente a casa indígena.

Além da Casa do Índio em Maringá, existe também a Associação Indigenista – ASSINDI que, aparentemente, tem funcionado de maneira positiva, pois há todo um planejamento estrutural e organizacional da associação voltados aos indígenas e seus direitos, conforme verificamos em informações obtidas da própria Associação:

> O Município de Maringá, há muito tempo, vem sendo constantemente visitado por grupos indígenas, a maioria deles da etnia Kaingang, originários da Terra Indígena Ivaí, próxima ao município de Manoel Ribas (PR) e distante 180 quilômetros de Maringá, PR. Nessa conjuntura, no ano 2000, no município de Maringá, teve início um projeto de apoio às comunidades indígenas oferecendo casa para permanência enquanto vendem seu artesanato. O projeto teve como objetivo proporcionar condições mais dignas aos indígenas artesãos em situação de vulnerabilidade social. Posteriormente, no dia 23 de março de 2001, a Associação Indigenista – ASSINDI – Maringá é oficialmente fundada (ASSINDI, 2022).

Nesse sentido, esses espaços destinados aos indígenas corroboram com o que foi dito na reportagem sobre o terreno de passagem em Campo Mourão pelo cacique da T.I. Ivaí., Domingos Zacarias, quando expõe que já existe em outros municípios a disponibilização dessas áreas de passagem aos indígenas, e que é importante contar com essa condição em Campo Mourão também.

Logo, convenhamos que, para a instalação do terreno proposto, é fundamental que haja todo um planejamento estrutural e organizacional para que, de fato, as questões postas sejam direcionadas ao bem comum, observando o princípio do

interesse público, com um planejamento sobre os usos e responsabilidades que envolvem a todas as partes, ou seja, ao município, aos indígenas e a população.

2.2 Da conjuntura social e política aos Guarani

Não obstante, além do povo Kaingang, há também no município a presença do povo Guarani, que se encontra no espaço rural do município, onde precisa ser verificada as suas condições locais de sobrevivência e como desenvolvem a interação com o meio urbano de Campo Mourão.

Para tanto, analisamos as publicações existentes sobre essa comunidade Guarani no município. A Funai, no ano de 2013, publicou uma notícia intitulada "Esclarecimentos da Funai sobre a presença Avá-Guarani no Oeste do Paraná", referindo-se à ocupação histórica do povo Avá-Guarani na região oeste paranaense e suas resistências, diante de inúmeras expropriações pelo Estado brasileiro no processo de exploração do estado. Nas décadas de 1970 e 1980, foram compelidos à locomoção forçada para outros lugares, até mesmo para reservas Kaingang ou ao Paraguai, em razão da ocupação não indígena, de ações agrícolas e da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Posto isso, diversos grupos ainda permaneceram na região, sendo eles confinados em pequenas áreas rurais próximas ao meio urbano, como é o caso da ocupação de 16 (dezesseis) áreas do estado, 08 (oito) no município de Guaíra, 05 (cinco) no município de Terra Roxa, uma (01) no município de Santa Helena, 01 (uma) no município Campo Mourão e 01 (uma) no município Matelândia.

No ano de 2011, foi publicada uma reportagem pelo portal TáSabendo denominada "Índios Guaranis vão instalar aldeia em Campo Mourão" (Lorenzo, 2011), que se referia à criação da aldeia com uma área de dois alqueires, próxima ao Rio da Várzea, adquirido com recursos do Governo Federal por meio de um projeto cultural financiado pela Petrobrás. Informaram, naquele período, que a decisão de mudança pelos indígenas ocorrera por motivos da cultura, orientações religiosas e em razão do Caminho de Peabiru.

Assim sendo, foi realizada no município uma reunião com a coordenadora de Pesquisas do NECAPECAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM, Sinclair Posa Casemiro, expôs que "[...] *a vinda dos índios para a região deverá enriquecer ainda mais os trabalhos de resgate histórico da*

região". O prefeito na época, Nelson Tureck, demonstrou satisfação com a notícia e ofereceu apoio à iniciativa dos indígenas, declarando que a comunidade mourão-ense os receberia de braços abertos, assim como a sua presença representaria o reconhecimento de toda a região com relação à história do Brasil. A reunião também contou com a participação do pároco da Catedral São José, Jurandir Coronado Aguilar, que já desenvolveu uma tese de doutorado com ênfase no Caminho de Peabiru, intitulada "Conquista espiritual: a história da evangelização na província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya S.I. (1585-1652)" (Aguilar, 2002).

Na figura 06, verificamos o espaço Guarani onde se estabeleceu a Associação Arandu Aty – ARA. Na comunidade, os Guarani possuem um local especial para a prática de seus ritos culturais, conforme retratado. Observamos a presença e importância da natureza representada nessa fotografia feita em período noturno no espaço Guarani e vemos a presença de um pequeno córrego que perpassa a região do Tekohá:

Figura 6 – Comunidade Guarani

Fonte: Professora Nilza Maria Rodrigues (Jaxy Rendy).

Já a Tribuna do Interior, no dia 19 de abril de 2015, realizou uma reportagem, atualizada em 14 de dezembro de 2016, sobre "Dia do Índio: professora revela

drama na região", informando que esta data comemorativa foi criada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto lei número 5.540, quando em 1940 foi realizado no México, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. No entanto, os indígenas não compareceram nos primeiros dias do evento, pois estavam temerosos, por vários séculos de perseguição pelos não indígenas. Porém, após algumas reuniões, diversos líderes indígenas resolveram participar, depois de compreenderem a importância daquele momento histórico, sendo que essa participação ocorreu então no dia 19 de abril, escolhido, portanto, no continente americano como o Dia do Índio. Na reportagem, os indígenas Guarani declararam que a data não é comemorativa, mas de luta.

Ademais, os Guarani pontuam que no local da aldeia havia escassez de água e ausência de serviços básicos, corroborando para que os indígenas ali não permaneçam. No teor do noticiário, a professora indígena, Nilza Maria Rodrigues, da Escola Tape Aviru (Ensino Fundamental), localizada na Estrada para o Barreiro das Frutas, em Campo Mourão, declarou que a sobrevivência no local está se tornando difícil, principalmente pela ausência de água, pois "[...] *sem água não dá para viver e a mina que usamos não é boa. Tem gerado problemas de saúde, como cálculo renal. O proprietário de terra vizinho disse que não poderá mais ceder água para nossa aldeia*".

No local, há cultivo de mandioca, batata, milho, mel, além da confecção de artesanatos e cestarias, no entanto, a falta de água é um empecilho à fartura e muitos indígenas já deixaram a aldeia, sendo que eram em cinco famílias no local, mas restaram apenas duas. A escola também teve baixa de alunos, retratando ainda a dificuldade de fazer a documentação de algumas crianças, o que compromete os estudos e permanência na região. A professora também afirmou que "[...] *respeito ao povo indígena existe apenas no discurso*", mas que seu povo não está disposto a desistir, relatando a questão de a aldeia ser a única no Brasil no módulo de associação, com a compra da terra em nome de todo o grupo.

A seguir, apresentamos a figura 7 que demonstra o cultivo de hortas, mandioca, erva-mate, milho e bananeiras para a subsistência da comunidade indígena.

Figura 7 – Culturas de subsistência

Fonte: Professora Nilza Maria Rodrigues (Jaxy Rendy).

Após alguns anos, surgiu a reportagem de i44NEWS, em março de 2019, intitulada "Índios guaranis vivem em situação de extrema pobreza em Campo Mourão" (Índios [...], 2019), que expôs a situação de pobreza da comunidade indígena Guarani na zona rural, em aproximadamente 13 km (treze quilômetros) do centro urbano, detalhando o local de moradia, alimentação, agricultura e renda. Informaram que no local não havia saneamento básico, energia elétrica, visita e assistência da saúde pública, e que havia problemas enfrentados com a água. A notícia evidencia que a comunidade reivindicou à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, um poço artesiano a ser instalado na comunidade, e a Secretaria informou estar adotando providências. Mencionaram, de forma breve, o percurso de uma das famílias indígenas que saiu de Diamante d'Oeste até Campo Mourão, em razão da Funai ter-lhes indicado essa aldeia como uma "terra prometida".

Vejamos a figura 8 sobre as moradias que apresenta a parte externa das casas e moradias das famílias indígenas que se encontram no Tekohá.

Figura 8 – Moradias no Tekohá Verá Tupã'y

Fonte: Professora Nilza Maria Rodrigues (Jaxy Rendy).

Dada a situação em que se encontrava a Comunidade Indígena Guarani, a equipe da matéria buscou explicações com Urbano Guzzo, que era o coordenador da Funai no Paraná. Diante disso, Guzzo expôs que as comunidades indígenas dependeriam dos municípios para participar de programas de capacitação profissional e da lavoura de subsistência para gerar renda, no sentido de que a Funai não dispunha de recursos e havia falta de políticas públicas e incentivo, indicando ainda, que a comunidade indígena procurasse diretamente a Sanepar e Copel para as reinvindicações.

Outro ponto se refere ao atendimento de saúde, no qual a assessoria da prefeitura informou que a comunidade Guarani recebe atendimento de saúde por um médico da família que os atende quando não conseguem ir à Unidade Básica de Saúde no meio urbano. Segundo a antropóloga Drieli Vieira, da Associação Indigenista de Maringá (Assindi), a situação dos Guarani no Barreiro das Frutas é semelhante à de outras comunidades, sendo invisíveis para o poder público.

A reportagem do Cidade Portal (2021b), "Campo Mourão receberá mais sete poços artesianos", de 29 de janeiro de 2021, noticiou que o município de Campo Mourão, por meio de convênio firmado com o Instituto Água e Terra (IAT), do Governo do Paraná, promoveria um investimento em saneamento e água tratada, e receberia sete poços artesianos, com alguns locais e comunidades beneficiadas, sendo a Comunidade Indígena localizada no Barreiro das Frutas uma das comunidades. Foi dito que a perfuração deveria acontecer em breve, com posterior aquisição dos materiais para a instalação.

De acordo com a palestra organizada pelo GEPEDIC (Grupo de Estudo e

Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura), da Unespar – Campus Campo Mourão-PR, no dia Internacional da Mulher, sobre "Intersecções de gênero, raça e etnia: conversas sobre mulheres indígenas", a Professora indígena Nilza Maria Rodrigues (Jaxy Rendy), como convidada especial, cedeu um depoimento (aproximadamente a partir de 54:55 min.) abordando sobre a história Guarani, sua cultura, o deslocamento para Campo Mourão, os plantios existentes na comunidade e o preconceito sofrido socialmente, conforme diz:

> Por exemplo, se você vai na prefeitura, se vai em órgãos públicos, é... você, eles te tratam de uma forma, pra você já se sentir rejeitada naquele. É como se você fosse um incômodo ali, o que é que você tá fazendo ali? Você tinha que tá lá na beira do rio pescando, o que é que você tá fazendo ali né, exigindo algum direito. Então, a gente tem todos esses problemas fora, pra nós mulheres que somos liderança e temos dentro da aldeia também (Rodrigues, 2021).

E continua, se referindo também aos problemas como a violência doméstica em decorrência do álcool, e também retrata sobre a possível construção de uma usina hidrelétrica que colocará o Tekohá Verá Tupã'y abaixo d'água; de forma que já estão ocorrendo disputas para que essa construção não se efetive, já que devastará a natureza e a perpetuação da cultura Guarani que existe no local.

Assim, de acordo com a Funai (2013), a precária situação em que vivem os Guarani resulta da dificuldade de implementação de políticas públicas voltadas a essa população, com a necessidade de ações do Estado para a reparação de violações de direitos sofridas pelos indígenas, como o reconhecimento, identificação e delimitação de suas terras de ocupação tradicional, promoção de políticas sociais necessárias ao bem estar dessas populações, acesso aos direitos fundamentais e de cidadania, abastecimento de água potável, atendimento adequado de saúde e educação, acesso à documentação civil e aos benefícios sociais. No ano de 2012 foi instalada a Coordenação Técnica Local da Funai em Guaíra, unidade descentralizada do órgão, vinculada à Coordenação Regional do Interior Sul, para a proteção e a promoção dos direitos constitucionais deste povo indígena.

Diante da presença e mobilidade indígena recorrente na cidade de Campo Mourão – PR, tanto em moradias temporárias no espaço urbano como em moradia fixa no espaço rural, as questões como ausência de condições básicas de moradia, saneamento, saúde, educação escolar, segurança e até mesmo impactos

com a vizinhança têm promovido debates políticos e sociais no município. Dessa forma, "[...] o grande desafio da política pública atual é integrar todas as esferas de poder e complementar ações de monitoramento com políticas de sustentabilidade, tanto para os povos indígenas quanto para municípios próximos às suas terras" (Ladwig; Sutil, 2023, p. 71).

Portanto, os grupos indígenas da etnia Kaingang que se deslocam da Terra Indígena Ivaí até o espaço urbano do município, sofrem com segregações, preconceitos, xenofobia, ausência de saneamento, fome e outros. Assim como, a comunidade indígena Guarani, sofre com invisibilidade, preconceitos, discriminação, ausência de água potável, saneamento e outros. Por conseguinte, esse recorte apresenta uma parcela das informações e reflexões da dissertação que contém dados mais amplos, nos permitindo compreender as vivências indígenas, os seus posicionamentos sobre o município, as atuais necessidades e reivindicações, as discriminações sofridas, assim como quais são as medidas públicas existentes junto aos órgãos municipais de Campo Mourão no Paraná.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos são os fatores espaciais, territoriais, culturais, identitários e sociais que envolvem os povos indígenas nos meios urbanos e rurais, sendo de extrema importância que sejam levados em consideração dentro do contexto de mobilidade e no processo de reconhecimento indígena. Nesse sentido, os estudos decoloniais são fundamentais para o desenraizamento de preconceitos e de narrativas coloniais, já que os povos indígenas têm sofrido e enfrentado diversas violações à sua dignidade, aos direitos às terras, a recorrência de preconceitos, racismo, discriminação, xenofobia e de segregação ou negação social em um contexto urbano.

Os aportes estudados nos aproximaram da compreensão dos motivos e necessidades da mobilidade dos povos indígenas aos espaços urbanos e rurais de Campo Mourão-PR, e da atual conjuntura no município. Demonstrando que os fatores determinantes para os deslocamentos a esses espaços, estão relacionados à ausência de terras adequadas à sobrevivência e vivência da cultura indígena, a busca por melhores condições de vida, por trabalho, renda com a venda de artesanatos, e que as questões como ausência de condições básicas de moradia, necessidades de saneamento adequado, água potável, renda, saúde, trabalho,

educação escolar, segurança e até mesmo impactos com a vizinhança têm promovido debates políticos e sociais no município.

Portanto, apesar do quadro de negação da identidade indígena, os povos indígenas resistem, independentemente da extensão territorial em que se encontram, sendo fundamental nos destinos citadinos o protagonismo indígena na reivindicação de observância e aplicação aos seus direitos fundamentais, de equidade e respeito às populações indígenas que se sentem invisíveis no meio citadino, necessárias ao bem estar dessas populações, conforme a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), com o implemento de políticas públicas nos espaços urbano e rural.

REFERÊNCIAS

ABAIXO ASSINADO.ORG. Abaixo assinado dos moradores do jardim residencial Araucária, Jardim Botânico I e II, Jardim Gutierres, Jardim Casali e Jardim Laura contra a instalação do 'Terreno de Passagem' destinado aos indígenas. *AbaixoAssinado.Org*, [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/53567. Acesso em: 16 maio 2021.

AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista espiritual*: a história da evangelização na província Guaíra na obra de Antônio Ruiz de Montoya S.I. (1585-1652). Roma: Gregorian & Biblical Press, 2002.

ASSOCIAÇÃO INDIGENISTA DE MARINGÁ [ASSINDI]. Conheça a Assindi! *ASSINDI*, Maringá, 2022. Disponível em: https://assindi.org.br/sobre-nos/. Acesso em: 16 maio 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CIDADE PORTAL. Grupo de índios volta a ocupar área pública em Campo Mourão. *Cidade Portal*, [*S. l.*], 2021a. Disponível em: https://campomourao.cidadeportalfunai.com.br/noticia/104648/23-02-21/grupo-de-indios-volta-a-ocupar-area-publica-em-campo-mourao. Acesso em: 28 abr. 2021.

CIDADE PORTAL. Campo Mourão receberá mais sete poços artesianos. *Cidade Portal*, [*S. l.*], 2021b. Disponível em: https://www.campomourao.cidadeportal.com.br/m/noticia/104139/29-01-21/campo-mourao-recebera-mais-sete-pocos-artesianos. Acesso em: 28 abr. 2021.

CRN. Indígenas terão "Terreno de Passagem" em Campo Mourão. *CRN Online*, [*S. l.*], 14

maio 2021. Disponível em: https://crn1.com.br/2021/05/indigenas-terao-terreno-de-passagem-em-campo-mourao/. Acesso em: 15 maio 2021.

FERREIRA, Gislane. *A dinâmica lúdica na comunidade Guarani Verá Tupã'i de Campo Mourão-PR*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

FUNAI. Comunicação: notícias: esclarecimentos da Funai sobre a presença Avá-Guarani no oeste do Paraná. *Funai*, [*S. l.*], 2013. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/538. Acesso em: 28 abr. 2021.

GRUPO de indígenas recebe máscaras, álcool em gel e orientações. TV Carajás: Campo Mourão, 2021. 1 vídeo (3 min 17 seg). Publicado pelo canal TV Carajás.

ÍNDIOS guaranis vivem em situação de extrema pobreza em Campo Mourão. Campo Mourão: I44News, 2019. 1 vídeo (3 min 43 seg). Publicado pelo canal I44News. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vztiGju4z6c. Acesso em: 28 abr. 2021.

LADWIG, Nilzo Ivo; SUTIL, Thaise (Org.). *Planejamento e gestão territorial*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

LORENZO, Fernando. Índios Guaranis vão instalar aldeia em Campo Mourão. *Tá Sabendo Geral*, Campo Mourão, 18 abr. 2011.

MOTA, Lúcio Tadeu. A história dos Kaingang no vale do rio Ivaí – PR. *In*: MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). *Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí – PR*. Maringá: UEM, 2003.

REDAÇÃO RIC. Casa do índio: local está em situação de abandono em Maringá. *RIC*, Maringá, 5 jan. 2021. Disponível em: https://ricmais.com.br/noticias/casa-do-indio-local-esta-em-situacao-de-abandono-em-maringa/. Acesso em: 18 mar. 2022.

RODRIGUES, Nilza Maria. GEPEDIC – Intersecções de gênero, raça e etnia: conversas sobre mulheres indígenas: depoimento da Professora Nilza. *Unespar*, Campo Mourão, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1JX_0laxQiYdASvcGzRv4a0C7f5HkiGuI/view. Acesso em: 6 jun. 2021.

SANTOS JUNIOR, Jair Elias dos. *Campo Mourão*: a construção de uma cidade. Campo Mourão: Midiograf, 2018.

TÁSABENDO GERAL. Índios retornam para aldeia após mais de um mês em Campo Mourão. *TÁSABENDO*, Campo Mourão, 29 mar. 2021a. Disponível em: https://tasabendo.com.br/

geral/indios-retornam-para-aldeia-apos-mais-de-um-mes-em-cm/. Acesso em: 28 abr. 2021.

TÁSABENDO GERAL. Indígenas terão "Terreno de Passagem" em Campo Mourão. *TÁSABENDO*, Campo Mourão, 13 maio 2021b. Disponível em: https://tasabendo.com.br/geral/indigenas-terao-terreno-de-passagem-em-campo-mourao/. Acesso em: 15 maio 2021.

TOMMASINO, Kimiye. Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da inter-trans-disciplinaridade. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 27, p. 121-134, 2016.

TRIBUNA DO INTERIOR. Índios voltam a se instalar em área pública em Campo Mourão. *Tribuna do Interior*, [*S. l.*], 2021a. Disponível em: https://tribunadointerior.com.br/campo-mourao/indios-voltam-a-se-instalar-em-area-publica-em-campo-mourao. Acesso em: 28 abr. 2021.

TRIBUNA DO INTERIOR. Prefeitura de Campo Mourão remove novamente índios à aldeia, em Manoel Ribas. *Tribuna do Interior*, [*S. l.*], 2021b. Disponível em: https://tribunadointerior.com.br/campo-mourao/prefeitura-de-campo-mourao-remove-novamente-indios-a-aldeia-em-manoel-ribas. Acesso em: 28 abr. 2021.

TRIBUNA DO INTERIOR. Área para indígenas também recebe apoio de moradores de bairro. *Tribuna do Interior*, [*S. l.*], 2021c. Disponível em: https://tribunadointerior.com.br/campo-mourao/area-para-indigenas-tambem-recebe-apoio-de-moradores-de-bairro?amp=1. Acesso em: 31 maio 2021.

TRIBUNA DO INTERIOR. Prefeitura e Funai buscam solução para acampamento indígena. *Tribuna do Interior*, [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/prefeitura-e-funai-buscam-solucao-para-acampamento-indigena. Acesso em: 28 abr. 2021.

TRIBUNA DO INTERIOR. Dia do Índio: professora revela drama na região. *Tribuna do Interior*, [*S. l.*], 2015. Disponível em: https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/dia-do-indio-professora-revela-drama-na-regiao. Acesso em: 28 abr. 2021.

Sobre os autores:

Raine Clavisso Pereira: Mestra em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Especialização em Direito Civil, Processo Civil e do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Graduação em Direito pela PUC/PR. Advogada inscrita na OAB/PR n. 94945. **E-mail:** raine.clavisso@hotmail.com, **ORCID:** https://orcid.org/0009-0005-7472-257X

Marcos Clair Bovo: Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em metodologia de Ensino pelas Faculdades Integrada do Norte do Paraná (UNOPAR). Graduado em geografia pela UEM. Docente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). **E-mail:** mcbovo69@gmail.com, **ORCID:** https://orcid.org/0000-0003-3582-6702

Fred Maciel: Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Mestre e graduado em História pela UNESP. Professor do Colegiado de História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). **E-mail:** fredmaciel06@gmail.com, **ORCID:** https://orcid.org/0000-0001-5324-5157

Recebido em: 14/04/2023
Aprovado para publicação em: 21/10/2024